

O que medir sem a inflação desmedida



**Economia está
com o
crescimento
atrasado
há quase duas
décadas**

Por várias décadas, o Brasil conviveu com taxas de inflação muito elevadas, chegando próximo da hiperinflação, com destaque para o mês de março de 1990, no ocaso do desgoverno Sarney, quando a taxa mensal chegou a mais de 80%. O agravamento do processo inflacionário ampliou o interesse na sua medição, daí proliferando várias instituições e índices dedicados à tarefa. As tabelas de inflação dos jornais ainda refletem isso. O caderno *Economia & Negócios* deste jornal, por exemplo, lista dez índices: INPC, IGP-M, IGP, IPA, IPC (FGV), IPC (Fipe), ICV (Dieese), ICVM (Ordem dos Economistas), IPCA e IPCA-E. Essa relação poderia ser ampliada e mostraria índices de preços no varejo, no atacado, setoriais, regionais, por classes de renda, etc. e tal.

Para que serve tudo isso? Nos próximos meses, quase todos vão mostrar taxas mensais abaixo de 0,5%. Com a inflação sob controle, o interesse volta-se agora para o comportamento da atividade econômica e do emprego, mas há aí algumas carências básicas. Em alguns casos, estamos ainda na fase da confusão conceitual. Por exemplo, no caso do desemprego em São Paulo, há dois índices com o mesmo nome, o do IBGE e o do Seade/Dieese, mas medem coisas diferentes, o segundo estendendo-se a situações de subemprego e, por isso mesmo, mostrando taxas muito mais elevadas. Muita gente também não entende que o desemprego é medido junto às famílias e é uma taxa relativa a uma população economicamente ativa — que continua se expandindo. Às vezes, a taxa de desemprego aumenta, mas o número de empregados também, embora isso não seja bem explicado pela mídia. E tome confusão, pois só somos bons em medir e entender a inflação.

Do lado da produção continuam

faltando bons indicadores. Entre outros, não temos dados de estoques, que são muito importantes para analisar a evolução da conjuntura econômica, pois a acumulação deles é prenúncio de uma fase recessiva e a sua queda, de um período de expansão. Faltam também bons índices de produção setorial, pois o IBGE divulga seus dados mensais de forma muito agregada. Por exemplo, o setor de material elétrico e

comunicações envolve desde a indústria eletroeletrônica de consumo (geladeiras, televisores, liquidificadores, etc.) até grandes turbinas e coisinhas como tomadas e interruptores. Falta também uma boa representatividade regional.

Precisamos analisar melhor o setor produtivo, não só para conhecer sua estrutura, mas também para verificar o efeito de políticas governamentais, como a da abertura às importações. A propósito, continuamos desconhecendo muito do que se importa e a que preços, pois o governo não divulga as estatísticas com a rapidez e o detalhe necessários. Só sabemos que estamos importando muito, com a abertura virando

portas escancaradas.

Assolado pela falta de recursos e com problemas administrativos, o IBGE não vem realizando censos econômicos regularmente, outra necessidade importante para conhecer a economia e o efeito das medidas de política econômica de médio e longo prazos. O último censo industrial foi realizado em 1985.

Para perceber como a falta de informações atrapalha, tome-se a situação do momento, em que se discute se a economia está muito aquecida ou não. Se estiver, isso poderá levar o governo a tomar medidas de contenção, pois o aquecimento resultaria em mais importações, agravando ainda mais a já séria situação das contas externas. Contudo, os diversos indicadores existentes não permitem uma avaliação confiável e, por outro lado, há indícios de que parte do aquecimento usual da demanda, no último trimestre do ano, estaria se transferindo para o primeiro trimestre. Isso por causa de fatores como o pagamento, nos primeiros meses do ano, da participação nos lucros e resultados, das antecipações de férias, dos 30% de gratificação que vem com elas e, ainda, a metade do 13º salário, muitas vezes também paga na ocasião. O 13º no final do ano já não é mais aquele, pois a dedução da parcela recebida a título de antecipação agora é cheia. Ou seja,

ao contrário do que ocorria no passado, essa antecipação não é mais fortemente corroída pela inflação ao longo do ano.

Se estiver ocorrendo essa transferência de demanda do final para o início do ano e o governo ignorar tal fato, isso poderá levá-lo a tomar como permanente um aquecimento apenas sazonal e, a partir daí, adotar o tal freio na economia, quando o correto seria deixar o carro andar para não parar lá na frente, quando passasse esse efeito, caso em que o governo teria de voltar a acelerar.

Com a inflação desmedida, dedicamos grande empenho em quantificar de várias formas o que ela representava como febre alta da economia. Com a volta da temperatura à normalidade, precisamos dirigir as energias dos nossos pesquisadores e institutos de pesquisa para medir como anda o estado geral da economia, que ainda permanece doente.

Sabe-se que está cronicamente fraca. Ainda emergente ou adolescente, está com o crescimento atrasado há quase duas décadas. Em particular, sua cabeça, o governo, não funciona bem, atrapalhado que está com problemas que não consegue resolver. Mas é preciso examinar também o corpo: aqui e ali, pois há coisas que estão bem e outras que estão mal. E há também períodos de sobressaltos e outros de prostração, que confundem o diagnóstico.

Parece, enfim, que continuamos cuidando do doente apenas com os termômetros da inflação, faltando à prancheta de acompanhamento uma série de exames, ao mesmo tempo em que, por falta de prática, não sabemos como interpretar os existentes. É hora de os laboratórios econômicos melhorarem as análises que já fazem e de se prepararem para desenvolver outras. Já os termômetros da inflação, estes podem ser relegados a um segundo plano e, como há muitos, alguns poderiam ser até mesmo sucitados.



■ Roberto Macedo, economista formado pela USP, com mestrado e doutorado pela Universidade de Harvard (EUA), é professor e consultor